Estratégia
Concursos

SIMULADO FINAL

SEFAZ DF

Simulado Final

SEFAZ - DF

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da Sefaz-DF;

*2 – A prova contém **160 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com alternativas certo/errado

4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

*7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube**. Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.*

8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - http://bit.ly/Simulado-Sefaz-DF-26-01

01 – Ⓒ Ⓔ	21 – Ⓒ Ⓔ	41 – Ⓒ Ⓔ	61 – Ⓒ Ⓔ	081 – Ⓒ Ⓔ	101 – Ⓒ Ⓔ	121 – Ⓒ Ⓔ	141 – Ⓒ Ⓔ
02 – Ⓒ Ⓔ	22 – Ⓒ Ⓔ	42 – Ⓒ Ⓔ	62 – Ⓒ Ⓔ	082 – Ⓒ Ⓔ	102 – Ⓒ Ⓔ	122 – Ⓒ Ⓔ	142 – Ⓒ Ⓔ
03 – Ⓒ Ⓔ	23 – Ⓒ Ⓔ	43 – Ⓒ Ⓔ	63 – Ⓒ Ⓔ	083 – Ⓒ Ⓔ	103 – Ⓒ Ⓔ	123 – Ⓒ Ⓔ	143 – Ⓒ Ⓔ
04 – Ⓒ Ⓔ	24 – Ⓒ Ⓔ	44 – Ⓒ Ⓔ	64 – Ⓒ Ⓔ	084 – Ⓒ Ⓔ	104 – Ⓒ Ⓔ	124 – Ⓒ Ⓔ	144 – Ⓒ Ⓔ
05 – Ⓒ Ⓔ	25 – Ⓒ Ⓔ	45 – Ⓒ Ⓔ	65 – Ⓒ Ⓔ	085 – Ⓒ Ⓔ	105 – Ⓒ Ⓔ	125 – Ⓒ Ⓔ	145 – Ⓒ Ⓔ
06 – Ⓒ Ⓔ	26 – Ⓒ Ⓔ	46 – Ⓒ Ⓔ	66 – Ⓒ Ⓔ	086 – Ⓒ Ⓔ	106 – Ⓒ Ⓔ	126 – Ⓒ Ⓔ	146 – Ⓒ Ⓔ
07 – Ⓒ Ⓔ	27 – Ⓒ Ⓔ	47 – Ⓒ Ⓔ	67 – Ⓒ Ⓔ	087 – Ⓒ Ⓔ	107 – Ⓒ Ⓔ	127 – Ⓒ Ⓔ	147 – Ⓒ Ⓔ
08 – Ⓒ Ⓔ	28 – Ⓒ Ⓔ	48 – Ⓒ Ⓔ	68 – Ⓒ Ⓔ	088 – Ⓒ Ⓔ	108 – Ⓒ Ⓔ	128 – Ⓒ Ⓔ	148 – Ⓒ Ⓔ
09 – Ⓒ Ⓔ	29 – Ⓒ Ⓔ	49 – Ⓒ Ⓔ	69 – Ⓒ Ⓔ	089 – Ⓒ Ⓔ	109 – Ⓒ Ⓔ	129 – Ⓒ Ⓔ	149 – Ⓒ Ⓔ
10 – Ⓒ Ⓔ	30 – Ⓒ Ⓔ	50 – Ⓒ Ⓔ	70 – Ⓒ Ⓔ	090 – Ⓒ Ⓔ	110 – Ⓒ Ⓔ	130 – Ⓒ Ⓔ	150 – Ⓒ Ⓔ
11 – Ⓒ Ⓔ	31 – Ⓒ Ⓔ	51 – Ⓒ Ⓔ	71 – Ⓒ Ⓔ	091 – Ⓒ Ⓔ	111 – Ⓒ Ⓔ	131 – Ⓒ Ⓔ	151 – Ⓒ Ⓔ
12 – Ⓒ Ⓔ	32 – Ⓒ Ⓔ	52 – Ⓒ Ⓔ	72 – Ⓒ Ⓔ	092 – Ⓒ Ⓔ	112 – Ⓒ Ⓔ	132 – Ⓒ Ⓔ	152 – Ⓒ Ⓔ
13 – Ⓒ Ⓔ	33 – Ⓒ Ⓔ	53 – Ⓒ Ⓔ	73 – Ⓒ Ⓔ	093 – Ⓒ Ⓔ	113 – Ⓒ Ⓔ	133 – Ⓒ Ⓔ	153 – Ⓒ Ⓔ
14 – Ⓒ Ⓔ	34 – Ⓒ Ⓔ	54 – Ⓒ Ⓔ	74 – Ⓒ Ⓔ	094 – Ⓒ Ⓔ	114 – Ⓒ Ⓔ	134 – Ⓒ Ⓔ	154 – Ⓒ Ⓔ
15 – Ⓒ Ⓔ	35 – Ⓒ Ⓔ	55 – Ⓒ Ⓔ	75 – Ⓒ Ⓔ	095 – Ⓒ Ⓔ	115 – Ⓒ Ⓔ	135 – Ⓒ Ⓔ	155 – Ⓒ Ⓔ
16 – Ⓒ Ⓔ	36 – Ⓒ Ⓔ	56 – Ⓒ Ⓔ	76 – Ⓒ Ⓔ	096 – Ⓒ Ⓔ	116 – Ⓒ Ⓔ	136 – Ⓒ Ⓔ	156 – Ⓒ Ⓔ
17 – Ⓒ Ⓔ	37 – Ⓒ Ⓔ	57 – Ⓒ Ⓔ	77 – Ⓒ Ⓔ	097 – Ⓒ Ⓔ	117 – Ⓒ Ⓔ	137 – Ⓒ Ⓔ	157 – Ⓒ Ⓔ
18 – Ⓒ Ⓔ	38 – Ⓒ Ⓔ	58 – Ⓒ Ⓔ	78 – Ⓒ Ⓔ	098 – Ⓒ Ⓔ	118 – Ⓒ Ⓔ	138 – Ⓒ Ⓔ	158 – Ⓒ Ⓔ
19 – Ⓒ Ⓔ	39 – Ⓒ Ⓔ	59 – Ⓒ Ⓔ	79 – Ⓒ Ⓔ	099 – Ⓒ Ⓔ	119 – Ⓒ Ⓔ	139 – Ⓒ Ⓔ	159 – Ⓒ Ⓔ
20 – Ⓒ Ⓔ	40 – Ⓒ Ⓔ	60 – Ⓒ Ⓔ	80 – Ⓒ Ⓔ	100 – Ⓒ Ⓔ	120 – Ⓒ Ⓔ	140 – Ⓒ Ⓔ	160 – Ⓒ Ⓔ

PORTUGUÊS

Direito à fantasia

Frei Betto

A fantasia é a matéria-prima da realidade. Tudo que é real, do computador ao jornal no qual você lê este texto, nasceu da fantasia de quem criou o artigo, concebeu o computador e editou a publicação.

A cadeira na qual me sento teve seu desenho concebido previamente na mente de quem a criou. Daí a força da ficção. Ela molda a realidade.

A infância é, por excelência, a idade da fantasia. A puberdade, o choque de realidade. Privar uma criança de sonhos é forçá-la a, precocemente, antecipar seu ingresso na idade adulta. E esse débito exige compensação. O risco é ele ser pago com as drogas, a via química ao universo onírico.

As novas tecnologias tendem a coibir a fantasia em crianças que preferem a companhia do celular à dos amigos. O celular isola; a amizade entrosa. O celular estabelece uma relação monológica com o real; a amizade, dialógica. O risco é a tecnologia, tão rica em atrativos, "roubar" da criança o direito de sonhar.

Agora, sonham por ela o filme, o desenho animado, os joguinhos, as imagens. A criança se torna mera espectadora da fantasia que lhe é oferecida nas redes sociais, sem que ela crie ou interaja.

Na infância, eu escutava histórias contadas por meus pais, de dona Baratinha à Branca de Neve e os sete anões. Eu interferia nos enredos, com liberdade para recriá-los. Isso fez de mim, por toda a vida, um contador de histórias, reais e fictícias.

Hoje, a indústria do entretenimento sonha pelas crianças. Não para diverti-las ou ativar nelas o potencial onírico, e sim para transformá-las em consumistas precoces. Porque toda a programação está ancorada na publicidade voltada ao segmento mais vulnerável do público consumidor.

Embora a criança não disponha de dinheiro, ela tem o poder de seduzir os adultos que compram para agradá-la ou se livrar de tanta insistência. E ela não tem idade para discernir ou valorar os produtos, nem distinguir entre o necessário e o supérfluo.

Fui criança logo após a Segunda Grande Guerra. O cinema e as revistas em quadrinhos, em geral originados nos EUA, exaltavam os feitos bélicos, do faroeste aos combates aéreos. No quintal de casa eu e meus amigos brincávamos de bandido e mocinho. Nossos cavalos eram cabos de vassoura.

Um dia, o Celsinho ganhou do pai um cavalinho de madeira apoiado em uma tábua com quatro rodinhas. Ficamos todos fascinados diante daquela maravilha adquirida em uma loja de brinquedos.

Durou pouco. Dois ou três dias depois voltamos aos nossos cabos de vassoura. Por quê? A resposta agora me parece óbvia: o cabo de vassoura "dialogava" com a nossa imaginação. Assim como o trapo que o bebê não larga nem na hora de dormir.

O direito à fantasia deveria constar da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Disponível em: http://hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/colunas/frei-betto-1.334186/direito-%C3%A0-fantasia-1.550900. Adaptado.

01. Infere-se do texto que os produtos da indústria do entretenimento fazem com que as crianças de hoje sejam mais consumistas e tenham uma conduta passiva, no campo da imaginação.

02. O texto parte de uma visão pessoal do autor, por meio de argumentos que conduzem a entender uma transformação da infância dos anos cinquenta à dos dias atuais.

03. Os pronomes “este” e “quem” (1º parágrafo) estão empregados como recurso coesivo anafórico, isto é, de retomada de palavra ou expressão anterior.

04. Mantém a correção gramatical e a coerência a reescrita do segmento “A resposta agora me parece óbvia: o cabo de vassoura ‘dialogava’ com a nossa imaginação. Assim como o trapo que o bebê não larga nem na hora de dormir” (11º parágrafo) da seguinte forma: **A resposta agora me parece óbvia, pois o cabo de vassoura permitia uma interação com a nossa imaginação, assim como o trapo que o bebê não larga nem na hora de dormir.**

05. O acento indicativo de crase em “à Branca de Neve” (6º parágrafo) é obrigatório e ocorre devido à regência do vocábulo “contadas” (6º parágrafo), o qual exige a preposição “a”, e à presença do artigo “a”, que precede o substantivo “Branca”.

06. A correção gramatical é preservada com a flexão do verbo “sonham” (5º parágrafo) no singular: **sonha**.

07. Ocorre vírgula após o adjetivo “onírico” (7º parágrafo), tendo em vista que o vocábulo imediatamente posterior apresenta valor adversativo.

08. A expressão “do computador ao jornal no qual você lê este texto” (1º parágrafo) esclarece a dimensão compreendida pelo autor sobre a expressão “Tudo que é real” (1º parágrafo).

09. O vocábulo “Daí” (2º parágrafo) é um advérbio que transmite a circunstância de lugar, por isso pode ser substituído por **Donde**, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original.

10. Seguindo a lógica do texto, cabe inferir que uma criança que é tolhida de brincar, de sonhar pode apresentar vícios numa fase posterior da vida.

CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL

Com relação aos aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, étnicos e sociais do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), julgue os próximos itens.

11. Com a missão de impulsionar a ocupação demográfica e econômica da região central do país, Brasília tornou-se um polo de desenvolvimento da sua região de influência e também da região Centro-Oeste.

12. O recorte territorial e institucional da RIDE-DF - composto pelo Distrito Federal e por municípios de Goiás e Minas Gerais - foi recentemente ampliado e transformado em região metropolitana do Distrito Federal e do Entorno.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

13. O DASP introduziu um movimento de profissionalização do funcionalismo público, por meio da criação de um sistema de ingresso competitivo e de critérios de promoção por merecimento para seus servidores.

14. O modelo burocrático, que não se caracterizou pela meritocracia na forma de ingresso nas carreiras públicas, mediante concursos públicos, buscou eliminar o hábito arraigado do modelo patrimonialista de ocupar espaço no aparelho do Estado através de trocas de cargos públicos por favores pessoais ao soberano.

15. Uma barreira ao processo de comunicação é chamada de distorção, que ocorre quando uma mensagem tem seu conteúdo alterado ou deturpado, mudando seu significado original

16. De acordo com Deming, devemos eliminar padrões artificiais (cotas numéricas) para o chão de fábrica, a administração por objetivos (APO) e a administração através de números e metas numéricas

17. O Benchmarking é uma procura por empresas ou organizações, com a exceção das que sejam competidores, que tenham práticas superiores, em busca de um desempenho melhor da empresa.

18. No processo de Reengenharia, os principais processos da organização devem ser aprimorados de forma incremental e de modo contínuo. E devem ser desenhados de modo a enfrentar da melhor forma os desafios atuais da organização, ao buscar melhorias em processos já existentes.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Acerca dos Procedimentos Contábeis Orçamentários previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, julgue o item a seguir:

19. A concessão de suprimento de fundos constitui despesa orçamentária, mas não representa uma despesa sob o enfoque patrimonial.

20. Receitas orçamentárias efetivas arrecadadas, de propriedade do ente, que resultam em aumento do patrimônio líquido são variações patrimoniais classificadas quanto à dependência orçamentária como variações patrimoniais resultantes da execução orçamentária.

21. Os registros das transações do setor público, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Devem, ainda, considerar as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma.

22. O Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) é apoiado em três elementos: Sistema de acumulação; Sistema de distribuição e Método de custeio.

Com base na Lei n. 4.320/1964, julgue o item que se segue, acerca de Contabilidade Pública.

23. Com o objetivo de registrar e controlar corretamente o patrimônio público, a Lei n. 4.320/64 estabelece que o registro dos bens de caráter permanente deve ser analítico, abranger todos os bens, caracterizar cada um deles e indicar o agente responsável pela sua guarda e administração.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir.

24. A discriminação por fonte/destinação de recursos no âmbito da Demonstração dos Fluxos de Caixa permite evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros referentes à receita e despesa orçamentárias.

25. Uma entidade do setor público apresentou em seu balanço orçamentário não consolidado desequilíbrio e déficit orçamentário. Tal situação configura irregularidade e afronta aos princípios orçamentários previstos na legislação aplicável ao setor público.

26. Situação Hipotética: Uma autarquia estadual alienou dois terrenos pelo valor total de R$ 300.000,00, incluídos ganhos com alienação no valor de R$ 40.000,00.
Assertiva: Considerando o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), nesta transação, sob o aspecto patrimonial, ocorreu uma variação patrimonial qualitativa e quantitativa no valor de R$ 260.000,00 e R$ 40.000,00, respectivamente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Julgue os itens abaixo de acordo com as regras previstas nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002.

27. Situação hipotética: Ao final de um procedimento licitatório realizado sob a modalidade pregão, um dos licitantes, irresignado com sua desclassificação, manifestou interesse em interpor recurso na via administrativa. **Assertiva**: Referido licitante terá o prazo de cinco dias úteis para apresentar as razões recursais.

28. Situação hipotética: Em determinado município do agreste pernambucano, o prefeito determinou a construção de cinquenta cisternas, objetivando beneficiar famílias rurais de baixa renda que constantemente eram vítimas da falta de água, tendo sugerido que as obras fossem executadas por entidade privada sem fins lucrativos. **Assertiva**: Não é obrigatória a realização de licitação para contratação da referida entidade.

Em relação aos atos administrativos e aos serviços públicos, julgue os itens que se seguem.

29. No exercício da autotutela, o Estado detém a prerrogativa de anular atos que considere ilegalmente praticados, sendo obrigatória a posterior instauração de processo administrativo se tais atos decorreram efeitos concretos ao interessado.

30. Circulares e resoluções são exemplos de atos administrativos normativos.

31. Concessão administrativa consiste na concessão de serviços públicos que não envolve o pagamento de contraprestação pecuniária do parceiro público em favor do parceiro privado, aspecto que marca a distinção com a concessão patrocinada, na qual a contraprestação do parceiro público faz-se obrigatoriamente presente.

Tomando por base os preceitos atinentes à responsabilidade civil do Estado, julgue os três itens a seguir.

32. Constitui requisito para atrair a responsabilidade estatal objetiva a ilicitude na conduta do agente público.

33. A Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.

34. O Estado pode ser condenado a ressarcir danos decorrentes da edição de lei que tenha sido declarada inconstitucional, em sede de controle concentrado, mesmo que tal atuação não decorra do exercício da função administrativa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Considerando o que determina a CF/88 e a jurisprudência a respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, julgue os itens que se seguem:

35. É incabível mandado de segurança contra lei em tese, salvo se produtora de efeitos concretos.

36. Atualmente, é possível inferir que, conforme assentado na jurisprudência do STF, autoridades administrativas poderão requisitar informações bancárias sem autorização judicial, a exemplo dos Tribunais de Contas e dos Fiscos Federais, Estaduais e Distritais.

37. Eventuais exigências impostas ao exercício profissional, por meio de lei distrital, serão constitucionais apenas se autorizadas por Lei Complementar Federal.

Julgue as afirmações abaixo, com base nas disposições constitucionais e no entendimento jurisprudencial acerca da Organização Político-Administrativa do Estado Brasileiro:

38. Padecerá do vício de inconstitucionalidade lei distrital que venha a estabelecer a proibição no aumento da tarifa de serviços de telefonia, prestados por empresa concessionária federal no Distrito Federal, ainda que sob o argumento da defesa do consumidor.

39. Mediante o fenômeno da repristinação, lei do Distrito Federal estabelecendo normas gerais em matéria tributária, no exercício de sua competência suplementar supletiva, terá seus efeitos restabelecidos quando eventual Lei Federal posterior a ela, disciplinando a matéria, for revogada por outra, de mesma natureza e compatível com a antiga norma distrital.

Considerando o que determina a atual Constituição a respeito do nosso sistema de controle de constitucionalidade, julgue a afirmativa abaixo:

40. O rol enunciador de legitimados a propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade abrange determinados figurantes processuais que, no entanto, não são considerados, em sentido material, partes no processo.

Julgue o próximo item, que contém uma afirmação sobre os direitos relativos à nacionalidade brasileira:

41. A polipatridia pode originar-se não só do enquadramento simultâneo em mais de um critério de aquisição de nacionalidade originária, como também do acúmulo de uma nacionalidade primária com outra secundária, por exemplo.

No que concerne aos limites impostos ao Poder Constituinte Derivado Reformador, julgue o que se segue:

42. Tanto o princípio da anterioridade tributária quanto o da imunidade tributária recíproca, embora não constem, literalmente, do rol de direitos constitucionais intitulados "cláusulas pétreas", podem ser considerados limitações materiais ao poder de reforma da Constituição.

DIREITO CIVIL

43. Na linha da doutrina especializada, razões de ordem moral ensejam o impedimento da fluência do curso do prazo prescricional na vigência da sociedade conjugal, cuja finalidade consistiria na preservação da harmonia e da estabilidade do matrimônio. Sobre o tema, julgue o item a seguir:

A separação de fato, por tempo razoável, também pode ser considerada como causa de dissolução da sociedade conjugal, contudo, não tem o condão de impedir a fluência do prazo prescricional da pretensão de partilha de bens de ex-cônjuges, uma vez que não possui previsão permissiva no Código Civil.

44. Em regra, a impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza. Sobre o tema, julgue o item a seguir:

A obrigação oriunda de financiamento de material e mão-de-obra destinados à construção de moradia, decorrente de contrato de empreitada, enquadra-se nas exceções à impenhorabilidade, previstas na Lei nº 8.009/90, não sendo oponível ao credor a impenhorabilidade resguardada ao bem de família.

45. Com relação à partilha, julgue o item a seguir:

O herdeiro que sonegar bens da herança, não os descrevendo no inventário quando estejam em seu poder, ou, com o seu conhecimento, no de outrem, ou que os omitir na colação, a que os deva levar, ou que deixar de restituí-los, perderá o direito que sobre eles lhe cabia. A pena de sonegados só se pode requerer e impor em ação movida pelos herdeiros ou pelos credores da herança.

46. Com relação ao direito obrigacional, julgue o item:

Em regra, não tendo sido ajustada época para o pagamento, pode o credor exigi-lo imediatamente, no entanto, ao credor assistirá o direito de cobrar a dívida antes de vencido o prazo estipulado no contrato se cessarem, ou se se tornarem insuficientes, as garantias do débito, fidejussórias, ou reais, e o devedor, intimado, se negar a reforçá-las. Nesse caso, se houver, no débito, solidariedade passiva, será reputado vencido quanto aos outros devedores solventes.

DIREITO EMPRESARIAL

47. Com relação ao direito empresarial, julgue o item subsequente.

Os perfis do "*Instagram*" e "*Facebook*" integram o estabelecimento empresarial, assim como as marcas e patentes.

48. Considerando as normas do regime tributário do SIMPLES Nacional e o disposto no Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte — Lei Complementar n.º 123/2006 —, julgue os itens a seguir.

O microempreendedor individual deverá ser empresário individual.

49. Com relação ao Direito Societário, julgue o item a seguir.

O nome empresarial da sociedade anônima é constituído exclusivamente por denominação, já as comandita por ações podem utilizar firma ou denominação, assim como ocorre com a EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e a Sociedade Limitada Unipessoal.

DIREITO PENAL

50. Há dolo eventual quando o agente prevê a possibilidade de ocorrência do resultado e age mesmo assim, ainda que na crença sincera de que irá evitar o resultado.

51. Há erro de proibição evitável quando o agente pratica a conduta sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

52. O crime de condescendência criminosa é crime próprio, só podendo ser praticado por funcionário público que seja de igual ou superior hierarquia em relação àquele que praticou a falta funcional no exercício do cargo.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

53. A elasticidade-preço da demanda é definida como a variação percentual no preço dividida pela variação percentual na quantidade demandada.

54. Considerando que uma economia formada pelos agentes X e Y produza os bens etanol e açúcar e apresente as possibilidades de produção, em horas/tonelada, descritas na tabela abaixo, julgue o item a seguir, a respeito dessa economia.

agente	bem	
	E	**A**
X	6 horas	8 horas
Y	4 horas	6 horas

Para produzir uma tonelada de etanol, o agente X deixa de produzir 0,75 toneladas de açúcar.

55. Se um país apresenta renda líquida enviada ao exterior positiva em determinado ano, seu Produto Nacional é superior ao Produto Interno naquele ano.

56. Caso as empresas de determinada economia acumulem estoques indesejados, esses estoques serão contabilizados como formação bruta de capital fixo.

57. Quando há desemprego, a economia está operando abaixo de seu produto potencial e, portanto, a alocação de bens produzidos nessa economia é ineficiente, no sentido de Pareto.

58. Em situações em que o equilíbrio competitivo é eficiente, no sentido de Pareto, considerações redistributivas de renda podem justificar a intervenção do governo na economia.

59. Suponha que a renda de equilíbrio (Ye) de uma economia fechada e sem governo é $3.000,00 e que a função consumo é igual a C = 100 + 0,8Y. O valor do investimento (I) dessa economia é de $500,00.

60. O governo utiliza impostos, transferências e subsídios como instrumentos para o exercício da função distributiva.

61. Com relação ao sistema tributário brasileiro, julgue o item que se segue.

A aplicação de uma mesma alíquota de um imposto sobre vendas a varejo para todos os produtos contribui para um sistema tributário progressivo.

62. Caso o governo determine uma alíquota de imposto sobre o consumo de bebidas com alto teor calórico, com o objetivo parafiscal de reduzir o consumo desse produto, os princípios da progressividade e da neutralidade estarão sendo violados.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

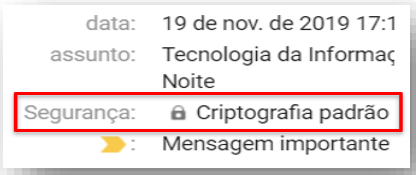
Depois de configurar a rede do seu estúdio em Recife, Paulo Guimarães vai fazer sua primeira transmissão sobre legislação penal especial. Ciente das condições e peculiaridade da pilha de protocolos TCP/IP, ele configura corretamente o VMIX® para transmissão via YOUTUBE®. Tal configuração envolve a inclusão da URL do servidor conforme descrita abaixo:

rtmp://a.rtmp.youtube.com/live2

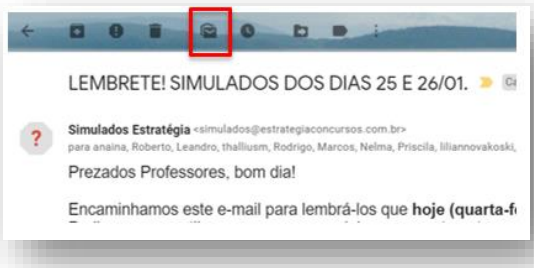
Sobre protocolos de internet avalie a afirmação a seguir:

63. Paulinho sabe que o protocolo RTMP está associado a camada de aplicação da pilha de protocolos, já o TCP é um protocolo de nível da camada de transporte da pilha de protocolos da internet e é sobre este que se assentam a maioria das aplicações da World Wide Web.

Após a transmissão do vídeo, é necessário enviar por e-mail os arquivos de vídeo bem como a descrição de cada parte e os cortes que precisam ser feitos. Para tal, Lucas, irmão mais novo de Paulinho, completa o corpo do e-mail com todos os dados solicitados pela equipe de edição e envia pelo Gmail. Sobre a interface web do sistema de correio eletrônico e seus protocolos, avalie os itens a seguir.



64. A figura acima mostra uma parte dos detalhes da mensagem enviada por Lucas para o Estratégia com os dados da aula lecionada pelo seu irmão. Perceba que existe um campo denominado segurança e um cadeado cinza seguido pela mensagem "Criptografia padrão". Esse tipo de mensagem está usando o protocolo S/MIME que permite o envio de mensagens criptografadas e assinadas com o protocolo SMTP de entrega padrão de e-mails.



65. Ao terminar de enviar o e-mail ao Estratégia, Lucas percebe que Paulo recebeu uma nova mensagem. Nesta mensagem tinha um lembrete sobre o próximo simulado da SEFAZ-DF agendado para o dia 26/01. Depois de abrir a mensagem Lucas resolveu clicar no botão sinalizado na figura acima para marcar o respectivo e-mail como não lido. Ao clicar no botão o navegador passa a sinalizar a mensagem como não lida e volta para visualização da lista de e-mails.

Sobre o Office, avalie as assertivas a seguir.

63. Paulinho sabe que o protocolo **RTMP** está associado a camada de aplicação da pilha de protocolos, já o TCP é um protocolo de nível da camada de transporte da pilha de protocolos da internet e é sobre este que se assentam a maioria das aplicações da World Wide Web.

66. Ao elaborar a primeira questão deste simulado, o prof. Thiago Cavalcanti percebeu que várias palavras estavam grifadas em vermelho, indicando um erro de ortografia. Ele percebeu que o idioma definido para revisão do texto no trecho em questão era o inglês. Para resolver esse problema o professor foi na aba Revisão do Word e, no grupo de botões referente a idioma, redefiniu o idioma para revisão do texto. Podemos dizer que as ações executadas surtiram o efeito desejado removendo as marcações dos erros de ortografia.

Sobre os processos do PMBOK 5ª edição avalie o item a seguir:

67. Controlar os riscos é o processo de implementação de planos de respostas aos riscos, acompanhamento dos riscos identificados, monitoramento dos riscos residuais, identificação de novos riscos e avaliação da eficácia do processo de riscos durante todo o projeto. O principal benefício desse processo é a melhoria do grau de eficiência da abordagem dos riscos no decorrer de todo o ciclo de vida do projeto a fim de otimizar continuamente as respostas aos riscos.

Embora os processos a serem analisados possam ter sido determinados no contexto corporativo, pode haver casos de prioridades concorrentes entre processos que precisam ser analisados. Por essa razão, análise interfuncional deve incluir uma governança que estabeleça critérios de priorização e ordenação dos processos a serem analisados. Um método de classificação é a criação de uma matriz importância x urgência. Sobre essa matriz avalie o item a seguir.

68. Cada processo é listado em algum lugar dentro da matriz baseado em sua importância para a organização e urgência de realização. Aqueles processos que marcarem elevada importância e baixa urgência são os que necessitam de mais atenção.

Sobre a Estratégia de serviços do ITIL v.3, avalie o item que se segue.

69. O Gerenciamento da Disponibilidade é responsável por reparar e restaurar os serviços.

Sobre mineração de dados, julgue o item a seguir.

70. A tarefa de classificação consiste em descobrir uma função que mapeie um conjunto de registros em um conjunto de classes. Uma vez descoberta, tal função pode ser aplicada a novos registros de forma a prever a classe em que tais registros se enquadram.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

71. Se, nas operações de financiamento bancário, um banco cobra, no regime de juros compostos, uma taxa de juros nominal de 24% ao ano, capitalizados trimestralmente, então a taxa efetiva semestral é inferior a 12,5%.

72. Guilherme Neves fez um empréstimo de R$ 10.000,00 à taxa de juros mensais de 1%, devendo ser pago pelo sistema de amortização constante (SAC), em 10 parcelas mensais e consecutivas, com a primeira prestação vencendo um mês após a tomada do empréstimo (sem carência). Nessa situação, o valor da primeira prestação será superior a R$ 1.050,00.

73. No caso de dois projetos com o mesmo investimento inicial e o mesmo prazo, sob uma mesma taxa de desconto, o menor VPL será daquele que tiver maiores recebimentos a cada período.

ESTATÍSTICA

A SEFAZ-DF realizou uma pesquisa para detectar erros em relatórios no ano de 2019.

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Número de relatórios com erros	36	28	12	5	3	2	2	4	9	11	22	38

Com base na tabela e nas informações acima, julgue os itens a seguir.

74. A moda dessa amostra referente ao ano de 2019 é superior a 35.

75. A média mensal dos acidentes registrados em 2019 é inferior a 15.

76. O desvio padrão amostral referente aos meses de 2019 é um número menor do que 14.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Uma pesquisa foi realizada com 70 assinantes do Estratégia sobre suas matérias preferidas na área de exatas (estatística, matemática ou raciocínio lógico). Os dados coletados na pesquisa indicam que:

- 11 alunos gostam de estatística, matemática e raciocínio lógico;
- 23 alunos gostam de estatística e raciocínio lógico;
- 19 alunos gostam de matemática e raciocínio lógico;
- 27 alunos gostam de estatística e matemática;
- 44 alunos gostam de estatística;
- 40 alunos gostam de matemática;
- 34 alunos gostam de raciocínio lógico.

Considerando os 70 alunos pesquisados, julgue os itens a seguir.

77. Mais de 10 alunos gostam de apenas uma das matérias mencionadas na pesquisa.

78. Mais de 30 alunos não gostam de matemática.

79. Mais de 35 alunos gostam de apenas duas das matérias mencionadas na pesquisa.

80. Se um aluno é escolhido aleatoriamente dentre os alunos que gostam de mais de uma matéria, então a probabilidade de ele gostar de apenas duas matérias é superior a 75%.

AUDITORIA FISCAL DO ICMS E DO ISS

TEXTO I

Sobre os trabalhos de auditoria independente categorizados como de asseguração razoável, estabelecidos conforme o disposto na NBC-TA Estrutura Conceitual, julgue o item a seguir.

81. Uma das características relacionadas aos trabalhos de asseguração razoável diz respeito ao volume e à extensão dos exames aplicados pelos auditores independentes durante as diversas fases que compõem o processo de auditoria.

82. A fonte de evidência de auditoria afeta a avaliação de sua confiabilidade por parte do auditor. Pode-se depositar um grau maior de confiança na evidência de auditoria obtida de terceiros que não forem partes relacionadas.

83. A empresa X. mantém a maioria dos seus estoques armazenado na empresa Y. Durante a auditoria dos estoques da empresa X, com o seu ceticismo e julgamento profissional, o Auditor independente constatou a necessidade de confirmar informações acerca desse armazenamento, mas a Administração da entidade auditada não permitiu que houvesse o envio da solicitação de confirmação. Nessa situação, segundo as normas de auditoria aplicáveis ao caso concreto, pode-se inferir que o Auditor deverá finalizar a realização do trabalho no momento da recusa da administração e emitir um relatório de auditoria com ressalvas.

84. O arquivo digital da EFD é constituído de blocos, que por sua vez são compostos por diferentes tipos de registros. Cada bloco conta com um registro de abertura, com registros de dados e com um registro de encerramento, referindo-se cada um deles a um agrupamento de documentos e de outras informações econômico-fiscais. Dentre esses blocos destacam-se os Blocos B, E G e H, cujos objetivos são, respectivamente, a escrituração e apuração do ISS, apuração do ICMS e IPI, o Inventário físico e a demonstração o cálculo da parcela do crédito de ICMS apropriada no mês, decorrente da entrada de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado.

85. A Escrituração Fiscal Digital - EFD é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos Fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente SPED. No âmbito do DF, o Decreto nº 39.789/2019 instituiu a Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS-IPI para uso pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS. Essa Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS-IPI substituiu, de forma automática, a escrituração dos livros fiscais, dentre eles o Livro Registro de Contratos.

86. Segundo o Regulamento do ISS do DF (Decreto nº 25.508/2005/DF), salvo disposição legal em contrário, o contribuinte deverá manter, em cada estabelecimento, os seguintes livros fiscais, em conformidade com os serviços prestados, observados os modelos anexos: livro Registro de Serviços Prestados; livro Registro de Contratos; livro Registro de Impressão de Documentos Fiscais e livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências. Enquanto este destina-se à escrituração da entrada de impressos de documentos fiscais confeccionados por estabelecimentos gráficos ou pelo próprio usuário, bem como à lavratura, pelo Fisco e pelo contribuinte, de termos de ocorrências, àquele destina-se à escrituração diária dos serviços prestados pelo contribuinte, exceto os isentos e os imunes.

87. Os contribuintes que celebrarem contratos de serviços deverão escriturar o livro Registro de Contratos. Na escrituração desse livro não será permitido englobar em lançamento único as notas fiscais emitidas em um mesmo dia, mesmo que os serviços estejam sujeitos à mesma alíquota e o imposto não seja objeto de retenção. A escrituração do livro supracitada não poderá atrasar-se por mais de cinco dias, contados da data da celebração do instrumento.

88. Conforme o Regulamento do ISS do DF (Decreto nº 25.508/2005/DF), quando houve o extravio ou a inutilização de livros e de documentos fiscais ou comerciais, o contribuinte deverá comunicar esse fato à unidade de atendimento da Receita competente, no prazo de dez dias, a contar da data da ocorrência, instruída com a prova de prévio registro da ocorrência junto à Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária e da posterior publicação do extravio em jornal local de grande circulação, ou no Diário Oficial do Distrito Federal. Essa comunicação, salvo disposição em contrário, poderá ser feita, por escrito e, mencionando, de forma individualizada, a espécie, o número de ordem e demais características do livro ou documento; período a que se referir a escrituração, no caso de livro; dentre outros.

89. Quando houver extraviado ou inutilizado de livros fiscais, o contribuinte apresentará, com a comunicação junto à unidade de atendimento da Receita competente, um novo livro a fim de ser autenticado, ficando obrigado a refazer a escrita fiscal e a comprovar, no prazo de trinta dias, contado da data da ocorrência, os valores das prestações a que se referirem os livros ou documentos extraviados ou inutilizados, para efeito de verificação do pagamento do imposto.

90. Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 da lista do Anexo I, deduzir-se-á da base de cálculo do imposto, o valor dos materiais fornecidos pelo tomador dos serviços, independentemente da comprovação por meio das notas fiscais de aquisição ou de remessa do material fornecido, com a indicação do endereço da obra pelo emitente da nota fiscal. Essa dedução somente poderá ser feita quando estes se incorporarem diretamente à obra, perdendo sua identidade física no ato da incorporação, e a data da emissão da nota fiscal dos materiais se referirem ao mesmo período da medição ou conclusão da etapa.

91. Incluem-se na base de cálculo na prestação dos serviços a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 da lista do Anexo I, ainda que os serviços supramencionados sejam executados por administração o valor da locação de máquinas, motores e equipamentos, quando este estiver englobado no preço do contrato, com destaque.

92. Não havendo cobrança para entrada ou admissão, referente ao imposto sobre serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres, especificados nos subitens 12.01 a 12.17 da lista do Anexo I, a base de cálculo será o preço estimado pela Secretaria de Estado de Fazenda.

93. Jorge ficou internado em Hospital particular, localizado na cidade satélite do Gama, pelo período de quatro dias. Ele não possuía plano de saúde e por ocasião do fechamento da sua conta hospitalar e ter recebido alta, entregam-lhe duas Notas Fiscais (NF) quando foi fazer o pagamento no caixa, sendo uma relativa à prestação dos serviços hospitalares, com incidência do ISS, e a outra referente ao fornecimento dos medicamentos e alimentação utilizados na prestação de serviços hospitalares, com incidência do ICMS. Segundo as normas vigentes, pode-se afirmar que a emissão desses documentos fiscais está correta por se tratar de uma das hipóteses de operação mista.

94. Durante a realização dos trabalhos de auditoria, evidenciou-se que a empresa K, situada no Distrito Federal, tinha se creditado do ICMS anteriormente cobrado e destacado na primeira via do documento fiscal referente à entrada de mercadoria destinada ao ativo permanente do estabelecimento. O bem foi adquirido em julho de 2019 e vendido no início de janeiro de 2020, tendo a empresa se apropriado de 6/48 do valor do crédito decorrente da entrada dessa mercadoria no estabelecimento. Nessa situação hipotética, nos termos do Decreto Distrital nº 18.955/1997, esse ato praticado pela empresa está correto, pois é permitido se creditar do crédito proporcional decorrente da entrada da mercadoria.

95. O saldo credor do ICMS existente na data do encerramento da atividade do estabelecimento é restituível.

96. Serão estornados os créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior ou de operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

97. Para efeitos de aproveitamento e compensação com o montante devido nas operações ou prestações posteriores, é eficaz a parcela do crédito fiscal excedente, incentivada, beneficiada ou favorecida, decorrente de aquisição interestadual de mercadoria ou serviço, em que a unidade federada de origem tenha: fixado base de cálculo em valor superior ao estabelecido em Lei Complementar ou em acordo firmado entre o Distrito Federal e os Estados OU deixado de observar o procedimento exigido em lei complementar para concessão de créditos presumidos e quaisquer outros incentivos, benefícios ou favores fiscais ou financeiro-fiscais com base no imposto.

98. Nos termos do Ajuste Sinief nº07/2005, que instituiu a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, julgue o item a seguir.

99. Contribuinte do Distrito Federal, ao comprar material para uso e consumo, poderá se creditar do ICMS destacado em documento fiscal.

100. O Direito de o contribuinte creditar-se do ICMS destacado nos documentos fiscais relativas às operações visando adquirir mercadorias ou produtos para integrar o ativo imobilizado dos estabelecimentos possuem várias exigências legais para sua formalização. Nos termos do Regulamento do ICMS, julgue o item a seguir:

O Direito de se creditar nas operações de aquisição de bens para integrar o ativo imobilizado ocorre a partir do mês seguinte ao da entrada do produto no estabelecimento.

CONTABILIDADE GERAL

101. Determinada empresa efetuou um empréstimo e, segundo o disposto no contrato, em caso de atraso, a empresa deverá arcar com os juros e encargos. Assim, caso a empresa atrase o pagamento, o correto registro desse fato gera um débito no resultado do exercício, um débito na conta de empréstimos a pagar e um crédito no ativo circulante disponível.

102. Segundo a Lei n. 6.404/76 e alterações posteriores, a demonstração do resultado do exercício discriminará as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, exceto na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.

103. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor em uso.

104. As contas redutoras ou retificadoras apresentam saldo de natureza contrária ao grupo em que são apresentadas. Um exemplo de conta redutora é a conta duplicatas descontadas que apresenta natureza credora e reduz o saldo da conta duplicatas a receber, de natureza devedora.

105. Acerca das formas de contabilização de operações de hedge, conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, julgue o item a seguir.

O hedge de fluxo de caixa aplica-se na proteção de um fluxo de caixa futuro gerado por um ativo ou passivo. Nesse sentido, a parcela efetiva dos ganhos e perdas do hedge é reconhecida como outros resultados abrangentes no balanço patrimonial.

106. Segundo o CPC 16, outros custos que não de aquisição nem de transformação devem ser incluídos nos custos dos estoques somente na medida em que sejam incorridos para colocar os estoques no seu local e na sua condição atuais.

107. Para que ocorra o controle a investidora (controladora) tem que ter direta ou indiretamente mais de 50% das ações da investida (controlada).

108. Em 01/01/20X1, a empresa Constructo Ltda. adquiriu uma máquina por meio de arrendamento mercantil financeiro. A máquina será paga em 5 prestações anuais, iguais e consecutivas de R$ 10.000 cada, vencendo a primeira em 31/12/20X1. Na data da aquisição o valor presente era R$ 45.000 e o valor justo das prestações era R$ 48.000. A taxa efetiva de juros era de 5% ao ano e a empresa pretende ficar com o bem no final do contrato. De posse dessas informações, pode-se afirmar que a empresa Constructo Ltda. reconheceu em 20X1 uma despesa financeira maior que R$ 2.300,00.

Uma empresa comercial apresentou as seguintes informações relacionadas às operações com mercadorias:

Contas	R$
Vendas de mercadorias – valor total da nota fiscal	20.000
Compras de mercadorias – valor total da nota fiscal	15.000
Estoque inicial	7.350
Estoque Final	12.550
ICMS Recuperável – destacado na nota fiscal de compra	3.400
ICMS a recolher	490
ICMS sobre vendas – destacado na nota fiscal de venda	3.750
Despesas Administrativas	3.000
Despesas com Vendas	500

Sabendo que o ICMS sobre as compras é recuperável, com base nas informações acima, julgue o item a seguir:

109. O Lucro Bruto é superior a R$ 9.800,00.

110. Correspondem a ajustes do resultado líquido, evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa elaborada pelo método indireto, as amortizações reconhecidas no período e os resultados líquidos obtidos com alienação de investimentos.

A Companhia Amanhecer apresentou as seguintes informações financeiras (valores em R$):

Custo das Mercadorias Vendidas	230.000,00
Serviços adquiridos de terceiros	50.000,00
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.000,00
Despesas financeiras	5.000,00
Outros materiais adquiridos de terceiros	10.000,00
Despesas de depreciação	20.000,00
Receita de vendas	520.000,00
Pagamento de mão de obra e encargos trabalhistas	40.000,00

Com base na legislação em vigor e nas informações acima apresentadas, julgue os itens subsequentes acerca da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

111. Não houve valor adicionado recebido em transferência.

112. O Valor Adicionado a Distribuir pela companhia foi de R$ 220.000,00.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

113. Sobre as aplicações gerenciais dos sistemas de custos de mercadorias/produtos vendidos e de serviços prestados, julgue a seguinte situação hipotética:

Situação Hipotética: Uma empresa que fabrica um único produto vendeu 10 mil unidades de seu produto e gerou um lucro de R$ 250 mil, antes do imposto de renda, considerando a utilização do método de custeio por absorção. Considere, ainda, que toda produção foi concluída no período e havia estoques iniciais de 1.000 unidades. Além disso, o estoque de produtos acabados permaneceu o mesmo, em unidades e valores.

Assertiva: Pode-se afirmar que o lucro apurado pelo custeio variável superou o apurado pelo custeio por absorção.

114. Julgue a afirmativa seguinte, com relação a conceitos e características de custos fixos e variáveis.

Certo item de custo fixo cujo valor global se altere período a período em razão de alteração na política de preços dos fornecedores, tendo em vista uma economia inflacionária, não se torna variável em razão da sua característica de não recorrente.

115. Com relação à utilização de custos para fins gerenciais, julgue o item subsequente.

Situação hipotética: Em julho de X0, uma empresa calculou seu ponto de equilíbrio em receita de vendas no valor de R$ 320.000,00, tendo obtido uma margem de segurança de 30% e um lucro líquido operacional de R$ 43.000,00. No mês de agosto de X0, quando estava prevista uma expansão de 5% em seu nível de atividades e, em consequência, de suas vendas, esperava-se um lucro líquido operacional de R$ 48.000,00 sem nenhuma alteração em custos ou preços.

Assertiva: Assim, pode-se afirmar que a margem de contribuição em ambos os períodos foi de 20% a 25%.

DIREITO FINANCEIRO

116. De acordo com as disposições constitucionais sobre o Direito Financeiro, integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

117. A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

118. Precatórios emitidos até 1º de julho deverão constar no orçamento do exercício seguinte, sendo consideradas despesas obrigatória e serão pagas até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

119. Considerando que o Poder Executivo do Estado do Pará possui um limite de 49% da Receita Corrente Líquida para gasto com pessoal, caso o referido poder ultrapasse esse limite, as vedações constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal aplicam-se apenas no âmbito do Executivo, em respeito à separação dos poderes.

120. Situação hipotética: O Município de Coruja do Sul, ao publicar seu relatório de gestão fiscal no primeiro quadrimestre do exercício, apurou que a dívida consolidada estava em 200% da Receita Corrente Líquida.

Assertiva: Diante de tal situação, o referido ente federativo estará proibido de receber transferências voluntárias, bem como estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária, e obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho.

DIREITO TRIBUTÁRIO

121. José, hipotético contribuinte único sócio e administrador da empresa JOSEANTONIO EIRELI, que fabrica calçados infantis, começa a vender os seus produtos a partir de determinado momento, com emissão de nota fiscal em valores subfaturados, deixando de cumprir suas obrigações tributárias perante a Fazenda Pública. Ao iniciar um procedimento fiscal para averiguar a irregularidade, o auditor fiscal constata que no endereço de cadastro da empresa não existe nenhuma fábrica, não havendo qualquer comunicação ao Fisco quanto ao seu novo domicílio fiscal. Neste caso, após a lavratura do auto de infração e posterior cobrança fiscal, a jurisprudência do STJ admite que haja o redirecionamento da execução fiscal para o Sr. José.

122. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de qualquer crédito da Fazenda Pública, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

123. Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se a partir da data do fato gerador, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.

124. A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.

125. É defeso, ao Município, atualizar o IPTU, mediante lei, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

126. A remissão constitui hipótese de extinção do crédito tributário, concedida pela autoridade administrativa, nos termos de lei editada pelo ente federado que detém a competência tributária relativa ao tributo em questão. Tal remissão, concedida para atender à situação econômica do sujeito passivo, gera direito adquirido.

127. De acordo com a Constituição Federal, resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.

128. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos residuais.

129. O Distrito Federal editou uma lei, isentando os contribuintes do pagamento de determinada taxa de polícia. Nesta situação, a lei distrital viola os preceitos do Código Tributário Nacional.

130. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, eventual renda obtida pela instituição de assistência social mediante cobrança de estacionamento de veículos em área interna da entidade, destinada ao custeio das atividades desta, está abrangida pela imunidade prevista no art. 150, VI, "c", da Constituição Federal.

131. A Constituição Federal concedeu imunidade às entidades educacionais sem fins lucrativos, sobre os impostos incidentes sobre o seu patrimônio, renda e serviços, vinculados às suas finalidades essenciais. A respeito do tema, e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal julgue o item subsecutivo: entidade educacional que não é contribuinte de direito do ICMS relativo a serviço de energia elétrica, não tem benefício da imunidade em questão, uma vez que esta não alcança o contribuinte de fato.

132. Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange não apenas os tributos devidos pela sucedida, mas também as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.

133. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a redução de benefício fiscal não caracteriza aumento indireto do ICMS, não havendo que se falar na observância dos princípios da anterioridade, geral e nonagesimal.

134. No tocante à obrigação tributária, pode-se dizer que sujeito passivo direto é a pessoa que deve pagar o tributo ou penalidade pecuniária, e sujeito passivo indireto é aquela que deve cumprir com as obrigações de fazer ou deixar de fazer algo.

135. Nos termos do que estabelece o Código Tributário Nacional, a recuperação judicial pode ser concedida após a prova da quitação de todos os impostos devidos pelo sujeito passivo.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (ICMS)

136. O ICMS incide sobre a entrada de mercadoria proveniente do exterior por pessoa jurídica porém não incide na importação por pessoa física.

137. Incide ICMS sobre a saída de produtos industrializados de origem nacional, destinada ao consumo ou uso de embarcações ou aeronaves de bandeira estrangeira, aportadas no País, qualquer que seja a finalidade.

138. Não incide ICMS sobre a saída de mercadoria com destino a armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, no Distrito Federal ou outras unidades federas, para guarda em nome do remetente, e o seu retorno ao estabelecimento do depositante.

139. A condição de contribuinte independe de encontrar-se a pessoa regularmente constituída ou estabelecida, bastando que configure unidade econômica que pratique as operações ou prestações definidas como fatos geradores do imposto.

140. A substituição tributária não se aplica à operação ou prestação destinada a contribuinte substituto da mesma mercadoria ou serviço.

141. A base de cálculo do ITCD nas transmissões causa mortis, é o valor do patrimônio transmitido, assim entendido, a soma do valor dos títulos e dos créditos acrescida do valor venal dos bens móveis, imóveis e direitos a eles relativos deixados, deduzida das dívidas contraídas pelo de cujus.

142. Para fins de cálculo do ITCD, na hipótese de sucessivas doações ou cessões entre o mesmo doador ou cedente e o mesmo donatário ou cessionário, são consideradas todas as transmissões realizadas a esse título, nos últimos 12 meses, devendo o imposto ser recalculado a cada nova doação, adicionando-se à base de cálculo os valores anteriormente submetidos à tributação e deduzindo-se os valores do imposto já recolhidos

143. Considere os seguintes dados em uma importação de mercadoria:
Chegada ao Brasil – 10/01/2020;
Entrega da mercadoria ao importador – 12/01/2020;
Desembaraço Aduaneiro – 15/01/2020; e
Recolhimento do ICMS – 18/01/2020/
É correto afirmar que o momento do fato gerador ocorreu em 15/01/2020.

144. Permite-se a restituição do saldo credor existente na data do encerramento das atividades do estabelecimento.

145. Permite-se o creditamento no período de apuração em que tiver ocorrido o recolhimento do ICMS-importação no caso de mercadoria importada do exterior, ainda que a entrada efetiva da mercadoria se verifique em período seguinte.

146. De acordo com o Decreto 39.789/19, o contribuinte pode ser autorizado a não manter uma EFD ICMS-IPI distinta para cada estabelecimento.

147. O contribuinte excluído do regime especial previsto na Lei 5.005/2 não pode requerer novo enquadramento na mesma sistemática de apuração após o ato de sua exclusão.

148. De acordo com a LC Distrital 833/11, o saldo devedor remanescente de parcelamento cancelado poderá ser objeto de reparcelamento por período nunca superior a 60 meses, deste deduzidos os meses correspondentes ao número de prestações efetivamente pagas nos parcelamentos anteriores.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (ISS)

149. De acordo com a legislação do Distrito Federal, analise e julgue a seguinte situação:
João Paulo é proprietário de imóvel localizado na zona urbana do Município, com área de 2 hectares. Sabendo-se que referido imóvel destina-se ao seu lazer e de sua família, pode-se afirmar que a incidência do IPTU sobre os imóveis destinados a recreio ou lazer independe da dimensão e da sua localização.

150. De acordo com a legislação do Distrito Federal, analise e julgue a seguinte situação:
Pedro Paulo é proprietário de imóvel exclusivamente utilizado para fins residenciais, razão pela qual está sujeito a uma alíquota privilegiada. Ocorre que, em dezembro de 2019, referido imóvel passou também a abrigar um comércio.
Nesse contexto, o contribuinte deve comunicar tal fato à Subsecretaria da Receita no prazo de 10 dias corridos, sob pena de serem aplicadas as consequências previstas na legislação.

151. De acordo com a legislação relativa ao ITBI no Distrito Federal (Lei nº 3.830, de 2006, e o Regulamento do ITBI).
Consideram-se imóveis para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.

152. De acordo com a legislação do Distrito Federal, as transmissões de habitações populares, bem como de terrenos destinados à sua edificação estão isentas do ITBI. Nesse sentido, alguns requisitos mínimos devem ser observados para fins de definição de "habitação popular" dentre eles que a área total de construção não seja superior a 50 m^2 e que a área total do terreno não seja superior a 300 m^2.

153. De acordo com o Regulamento do ISS no Distrito Federal (Decreto nº 25.508, de 2005), o Boletim de Transportes Coletivos - BTC será preenchido, semanalmente, pelas empresas concessionárias e permissionárias de transporte público coletivo, sujeitas ao controle da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal.

154. De acordo com o Regulamento do ISS no Distrito Federal (Decreto nº 25.508, de 2005), no contexto do levantamento fiscal, o imposto devido sobre a diferença apurada, caso não seja possível precisar a alíquota aplicável para o cálculo do imposto, ou sendo as alíquotas diversas, em razão da natureza das prestações, será aplicada a alíquota maior.

155. Carlos Eduardo, é advogado e palestrante de sucesso e foi convidado para participar de um evento numa empresa para falar sobre "Sonegação de tributos". Para tanto, dirigiu-se ao local do evento e deixou seu carro no estacionamento privado próximo ao local de sua palestra, pelo qual pagou R$ 25 reais pelo período de duas horas. Ao término da sua participação no evento, parou num restaurante para almoçar, onde lhe foi servido um prato feito (arroz, feijão, bife e farofa) e tomou um refrigerante, pelos quais pagou o valor de R$ 35 reais. Diante do exposto, pode-se afirmar que o ISS incidirá sobre o valor total de 60 reais.

156. Com relação à Contribuição de Melhoria, sabe-se que será arrecadada dos proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada. Nesse contexto, as obras ou melhoramentos que justificam a cobrança da contribuição de melhoria, quando enquadrada no programa extraordinário são aquelas obra de menor interesse geral, solicitadas por pelo menos 1/3 dos proprietários interessados.

157. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública, que foi instituída para custear os serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal, pode-se afirmar que são isentos os contribuintes das unidades consumidoras residenciais nas faixas de consumo mensal de 0-80 KWh.

158. De acordo com a Lei nº 4.567, de 09 de maio de 2011 (Lei do PAF, com alterações posteriores), da decisão de primeira instância contrária ao sujeito passivo caberá, no prazo de até 30 dias contados da ciência, recurso ordinário com efeito suspensivo ao TARF.

159. De acordo com a Lei nº 4.567, de 09 de maio de 2011 (Lei do PAF, com alterações posteriores), a decisão em processo de reconhecimento de benefícios fiscais de caráter não geral e em processo de autorização de adoção de regime especial deverá ser proferida no prazo de até 90 dias, contados do recebimento do pedido pelo setor responsável pela análise.

160. A empresa "Meu nome é procrastinação" parcelou débito tributário junto ao governo do Distrito Federal, em 30 parcelas. Após efetivar o pagamento de 3 parcelas, por problemas administrativos e financeiros, a empresa deixou de adimplir com referidos pagamentos, o que levou ao cancelamento do parcelamento anterior. Neste caso, é facultado à empresa proceder ao reparcelamento da dívida, sob a condição de pagamento de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do crédito consolidado, de tal forma a que o parcelamento recaia sobre o saldo correspondente a 75% (setenta e cinco por cento).

Estratégia Concursos

Preencha o Gabarito!

http://bit.ly/Simulado-Sefaz-DF-26-01

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!